



[...]

XII - Exigir a defesa de melhores condições de saúde; higiene e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras do Poder Judiciário e Ministério Público da União.

Dessa forma, resta demonstrada, pela natureza e objetivos intrínsecos mencionados, a **representatividade e legitimidade da entidade** quanto ao tema aqui levantado, de suma importância para parcela da categoria representada, especificamente aos servidores e às servidoras da justiça eleitoral, conforme se passa a demonstrar.

A Justiça Eleitoral, além de especializada, tem características e particularidades que a diferencia singularmente dos demais ramos do Poder Judiciário da União, principalmente por suas atribuições administrativas, por vezes, em volume de trabalho, superarem a atuação jurisdicional.

E, dentro dessas atribuições administrativas, a mais precípua é o manuseio, gestão e organização do Cadastro Nacional de Eleitores, que é a estrutura basilar para a realização do processo eleitoral.

Desse modo, imprescindível partirmos da premissa de que o atendimento ao eleitor, mediante as operações de RAE (alistamento, transferência, revisão e segunda via), é uma atividade fim no âmbito das atribuições da Justiça Eleitoral por meio de seus Cartórios Eleitorais.

Nesse sentido, todas as atividades necessárias a este processo eleitoral são atividades típicas da Justiça Eleitoral e, consequentemente, tratam de assunto de interesse coletivo, sendo inviável qualquer forma de





Não é raro se ter notícias a respeito da busca destes tribunais por prestação de serviço que não seja por servidor público do próprio quadro que tenha ingressado no cargo por meio de concurso público.

Medidas como processo seletivo de estágios, bem como “residência jurídica”, junto à Justiça Eleitoral vêm sendo utilizados como meios para se tentar resolver o déficit no quadro de pessoal.

Nessa ótica, é o que se vê a partir da notícia recentemente publicada no site do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, que divulga a abertura de “processo seletivo para estágio voluntário nas zonas eleitorais do interior do estado”³:

A partir da próxima segunda-feira (9/6), estudantes dos cursos de Administração, Contabilidade e Direito poderão se inscrever no processo seletivo para estágio voluntário não remunerado promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). As vagas são destinadas às zonas eleitorais do interior do estado e a seleção será realizada por meio de análise do desempenho acadêmico, com base no coeficiente de rendimento do estudante. Estagiárias e estagiários terão direito ao auxílio-transporte, nos termos da norma interna do Tribunal, o que significa que o benefício está condicionado à existência de transporte público regulamentado no município de lotação.

As oportunidades são para os seguintes municípios e zonas eleitorais: Alagoinhas (163ª ZE), Brumado (90ª ZE), Camaçari (170ª e 171ª ZEs), Conceição do Coité (132ª ZE), Cruz das Almas (142ª ZE), Eunápolis (188ª e 203ª ZEs), Feira de Santana (154ª, 156ª e 157ª ZEs), Lauro de Freitas (180ª ZE), Luiz Eduardo Magalhães (205ª ZE), Santo Antônio de Jesus (56ª ZE), Queimadas (106ª ZE) e Valença (31ª ZE).

Será disponibilizada uma vaga por cartório, independentemente do curso, além da formação de cadastro de reserva. O resultado

³ Disponível em: <https://www.tre-ba.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Junho/tre-ba-abre-processo-seletivo-para-estagio-voluntario-nas-zonas-eleitorais-do-interior-do-estado-a-partir-desta-segunda-9-6>



FENAJUFE

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS
DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**
Fundada em 08/12/92

final está previsto para ser divulgado no dia 18 de julho e o início do estágio está programado para 4 de agosto de 2025.

Nessa senda também podemos citar o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que colocou em tramitação agenda para encerrar os contratos de estágio e, ato contínuo, promover contratações dentro do modal “residência jurídica”.

Ademais, merece especial atenção casos como o do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais que, a partir da Resolução n. 1.297/2025, regulamenta a criação das nominadas “Unidades de Atendimento ao Eleitor/UAE” em municípios, bem como em Distritos, que não são sede de Zona Eleitoral no âmbito daquele Tribunal, para realização de operações de revisão, transferência e alistamento eleitoral de forma descentralizada do Cartório Eleitoral, sendo que o atendimento ao eleitor nessas unidades seria realizado por servidores requisitados das respectivas prefeituras, bem como por colaboradores contratados, sem a presença no local de servidor efetivo da Justiça Eleitoral.

A referida Resolução regional permite a implementação destas Unidades de Atendimento ao Eleitor a partir de celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Poder Público Municipal interessado e a União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais⁴.

⁴ Art. 4º Deferido o pedido de instalação da UAE, sua implantação será formalizada mediante celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Poder Público Municipal interessado e a União, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

📍 SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 ☎ (61) 3323-7061

📷 X 📢 @fenajufe 📱 @fenajufe.nacional 📺 YouTube /fenajufe ✉ fenajufe@fenajufe.org.br 🏠 www.fenajufe.org.br





uso de colaboradores sob supervisão direta do cartório eleitoral, ou, ainda, supervisionados pelo servidor requisitado, a criação de conta de acesso para esses colaboradores e o seu nível de acesso aos sistemas eleitorais será feita pela STI, com formalização do pedido pelo Juiz Eleitoral.
[...]

Por oportuno e necessário, devemos salientar que a requisição de servidores públicos efetivos de outros órgãos, *nos termos da Lei nº 6999/82 e da Resolução TSE nº 23.523/2017*, é imprescindível para a composição da força de trabalho em toda a Justiça Eleitoral, principal e fundamentalmente nos Cartórios Eleitorais, pelo que necessária a prorrogação dessas requisições para as Eleições 2026.

No entanto, esses servidores requisitados devem atuar junto aos servidores efetivos e sob a coordenação e supervisão destes, não havendo que se falar em suposta supervisão no caso de unidades de atendimento descentralizados dos Cartório Eleitorais, quando os servidores requisitados lá permanecem sozinhos em municípios e distritos a dezenas de quilômetros de distância da sede do respectivo Cartório Eleitoral.

A prestação de serviços junto à Justiça Eleitoral envolve, impreterivelmente, desenvolvimento de funções de cunho sigiloso, com tratamento de dados sensíveis, tanto de eleitores/as, quanto nos processos eleitorais. A imparcialidade e a proteção destas informações são de suma importância, vez que qualquer desvirtuamento afeta diretamente sistema democrático.

Em verdade, a terceirização implica em verdadeira afronta ao art. 37, II, da CF/88 na medida em que frauda o concurso público. Neste sentido, é o que entende o Tribunal de Contas da União:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE FIM. OITIVA . PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. 1- é ilegal a utilização de mão de obra terceirizada para a execução de atividades-fim do órgão/entidade uma vez que contraria a regra do concurso público, consagrada no art. 37, II, da Constituição Federal. 2- quando constatada ilegalidade, a autoridade competente deverá anular o procedimento licitatório conforme previsto no art . 49 da Lei 8.666/93

(TCU 01978420112, Relator.: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 29/02/2012)

Com efeito, trata-se de medida apta a alcançar o interesse público, que inevitavelmente está atrelado ao princípio da eficiência, basilar ao direito administrativo. Por óbvio, é melhor interesse da sociedade a seleção de candidato mais apto a realizar as atividades essenciais ao processo eleitoral e proporcionar uma atuação estatal otimizada.

A delegação das atividades essenciais ao processo eleitoral à mão de obra despreparada expõe a sociedade aos perigos de interrupção de serviços e piora no atendimento no acesso a serviços. De igual modo, coloca em risco a fiscalização do processo eleitoral, além de oportunizar a instrumentalização política por empresas privadas.

Pelo exposto, demonstra-se a necessidade de uma regulamentação estrita sobre a terceirização e descentralização de



**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS
DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**
Fundada em 08/12/92

 SCS Quadra 02 Bloco C / Edifício Serra Dourada / 3º Andar / salas 312 à 318 / CEP: 70300-902 **(61) 3323-7061**

   @fenajufe
  @fenajufe.nacional
  YouTube /fenajufe
  fenajufe@fenajufe.org.br
  www.fenajufe.org.br



455 - 25 -Fenajufe -Corregedoria Eleitoral - TSE 12-06-2025.pdf

Documento número #e97ca815-0529-4c40-bcd4-147770e72c4a

Hash do documento original (SHA256): 45c93d0b43c46f3b6b290817da6492f6237cee3671ffdc384979c58f748f6a79

Assinaturas**Fernando Soares Guetti**

CPF: 043.932.726-17

Assinou como diretor(a) em 12 jun 2025 às 17:46:38

REPRODUÇÃO PROIBIDA
12/06/2025 17:46:04
Fernando Soares Guetti
Fernando Soares Guetti

**Manoel Gérson Bezerra Sousa**

CPF: 718.541.423-72

Assinou como diretor(a) em 12 jun 2025 às 17:45:58

REPRODUÇÃO PROIBIDA
12/06/2025 17:45:43
Manoel Gérson Bezerra Sousa
Manoel Gérson Bezerra Sousa

**Fernanda Guimarães Lauria**

CPF: 003.367.397-70

Assinou como diretor(a) em 12 jun 2025 às 17:46:45

REPRODUÇÃO PROIBIDA
Fernanda Guimarães Lauria
Fernanda Guimarães Lauria

Log

- 12 jun 2025, 17:39:06 Operador com email fenajufe@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 criou este documento número e97ca815-0529-4c40-bcd4-147770e72c4a. Data limite para assinatura do documento: 12 de julho de 2025 (17:39). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 12 jun 2025, 17:40:38 Operador com email fenajufe@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 02 de setembro de 2025 (18:19).
- 12 jun 2025, 17:40:38 Operador com email fenajufe@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 adicionou à Lista de Assinatura:
fernanda.lauria@sisejufe.org.br para assinar como diretor(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fernanda Guimarães Lauria e CPF 003.367.397-70.

- 12 jun 2025, 17:40:38 Operador com email fenajufe@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 adicionou à Lista de Assinatura: mgersonsb@gmail.com para assinar como diretor(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Manoel Gérson Bezerra Sousa e CPF 718.541.423-72.
- 12 jun 2025, 17:40:38 Operador com email fenajufe@fenajufe.org.br na Conta 664c7ddc-1966-401d-8159-f8c373fe7850 adicionou à Lista de Assinatura: ferguetti@gmail.com para assinar como diretor(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fernando Soares Guetti e CPF 043.932.726-17.
- 12 jun 2025, 17:45:58 Manoel Gérson Bezerra Sousa assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail mgersonsb@gmail.com. CPF informado: 718.541.423-72. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 148ee8(...), vide anexo manuscript_12 jun 2025, 17-45-41.png. IP: 191.244.254.46. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -8.042155785288305 e longitude -34.89279010196167. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1237.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 12 jun 2025, 17:46:38 Fernando Soares Guetti assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail ferguetti@gmail.com. CPF informado: 043.932.726-17. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 6ae6e7(...), vide anexo manuscript_12 jun 2025, 17-45-57.png. IP: 187.69.86.54. Componente de assinatura versão 1.1237.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 12 jun 2025, 17:46:45 Fernanda Guimarães Lauria assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail fernanda.lauria@sisejufe.org.br. CPF informado: 003.367.397-70. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 40c5ed(...), vide anexo manuscript_12 jun 2025, 17-46-27.png. IP: 177.41.22.249. Componente de assinatura versão 1.1237.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 12 jun 2025, 17:46:47 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número e97ca815-0529-4c40-bcd4-147770e72c4a.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº e97ca815-0529-4c40-bcd4-147770e72c4a, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

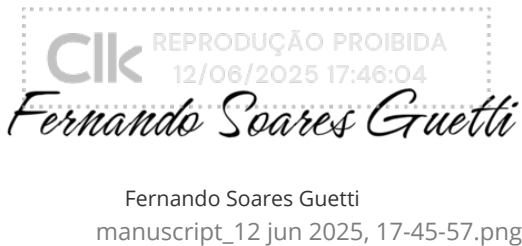
Anexos

Fernando Soares Guetti

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 12 jun 2025 às 17:46:38

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 6ae6e7(...)



Manoel Gérson Bezerra Sousa

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 12 jun 2025 às 17:45:58

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 148ee8(...)


Manoel Gérson Bezerra Sousa
manuscript_12 jun 2025, 17-45-41.png

Fernanda Guimarães Lauria

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 12 jun 2025 às 17:46:45

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 40c5ed(...)


Fernanda Guimarães Lauria
manuscript_12 jun 2025, 17-46-27.png